



Venho por meio desta, **REQUERER** A Vossa Excelência providencias cabíveis para a REGULARIZAÇÃO e ATUAÇÃO para o DESENVOLVIMENTO dos TRABALHADORES E EMPREENDEDORES que atuam na Região do BRAS, PARI e CANINDÉ.

Nós TRABALHADORES e EMPREENDEDORES denominados (CAMELOS) que atuamos na INFORMALIDADE pela FALTA DE INTERLOCUÇÃO da nossa atividade com o PODER PÚBLICO, solicitamos providências para a regularização do nosso trabalho.

Nós TRABALHADORES e EMPREENDEDORES INFORMAIS, temos o nosso próprio capital, partindo do princípio de que a INFORMALIDADE é um ESTÁGIO natural de qualquer GRANDE EMPRESA, a exemplo temos SILVIO SANTOS(SBT); GERALDO RUFINO (MAIOR EMPRESA DE RECICLAGEM DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE VEÍCULOS); BILL GATES; HENRY FORD; STEVIE JOBS; ZARA (COSTUREIRO) entre outros.

Nós TRABALHADORES e EMPREENDEDORES INFORMAIS, não podemos ser confundidos com o AVENTUREIRO ILEGAL OU CRIMINOSO.

Nós TRABALHADORES e EMPREENDEDORES INFORMAIS, queremos que o PODER PUBLICO atue na PREPARAÇÃO e CAPACITAÇÃO do nosso negócio, pois fazemos parte do ciclo econômico local, somos o BERÇARIO DO EMPRESÁRIO DO FUTURO , e precisamos de CUIDADO para deslanchar comercialmente, e daí pagar os IMPOSTOS DEVIDO diretamente no Órgão Recolhedor, muito embora, mesmo sendo INFORMAIS e NÃO ILEGAIS , quando COMPRAMOS NOSSAS MERCADORIAS, TECIDOS E ETC, diretamente do DISTRIBUIDOR, LOJISTAS e outras EMPRESAS, que nos vendem , em nenhum momento, eles deixam de VENDER pelo simples fato de sermos INFORMAIS. Nos olham como clientes com GRANDE POTENCIAL, pois pagamos A VISTA, no ato da compra, e raro são as vezes que parcelamos no CARTÃO DE CREDITO ou qualquer outro meio, o que denota capacidade econômica, para movimentar um negócio ainda que seja PEQUENO.

Nós TRABALHADORES e EMPREENDEDORES INFORMAIS queremos fazer parte do PROJETO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO LOCAL.



O PODER PÚBLICO tem que abrir uma INTERLOCUÇÃO conosco, e não deixar a própria sorte dos trabalhadores. Eis alguns questionamentos:

QUEM ESTÁ CONVERSANDO COM OS TRABALHADORES E EMPREENDEDORES INFORMAIS?

QUEM ESTÁ PREPARADO PARA CONVERSAR COM OS TRABALHADORES?

DURANTE DECADAS FICAMOS ESQUECIDOS?

A QUEM CABE ESTA REGULAÇÃO; ESTA INTERMEDIAÇÃO; ESTA INTERPRETAÇÃO, INCLUSIVE SOCIOLOGICA;

É O PODER PUBLICO, e não o setor privado.

É o ESTADO que tem que CUMPRIR o seu papel.

O ESTADO, juntos com A SOCIEDADE, INICIATIVA PRIVADA E O TERCEIRO SETOR são a máquina que tem que se interagir para que haja entendimento e crescimento econômico do local.

Uma comunidade são todos os seus CIDADÃOS que dela fazem parte e dela devem também ser elementos na discussão.

Há de ser feita uma depuração das irregularidades ocorridas e que precisam de uma análise mais profunda do PODER PÚBLICO; tem que ser ouvido o MINISTERIO PUBLICO; A CÂMARA DOS VEREADORES e o PODER EXECUTIVO.

Se hoje o comércio informal é praticado sem o atendimento às regras comerciais regulares, e está atuante, é pela falta de Políticas Públicas regulatória, e o seu desenvolvimento ocorre em consequência do DESEMPREGO ESTRUTURAL, DA COBRANÇA DE TRIBUTOS e da BUROCRACIA para atuar legalmente.



A informalidade ela ajuda no desenvolvimento econômico, mesmo de forma indireta, porque fazemos parte do ciclo da economia local, mesmo que indireto, pois caso contrário as empresas não venderiam para nós, agora por outro lado com a atuação do PODER PÚBLICO em REGULARIZAR a situação dos TRABALHADORES EMPREENDEDORES À arrecadação dos impostos tão desejada aumentará, colocando os TRABALHADORES EMPREENDEDORES em PÉ DE IGUALDADE nas garantias assistidas as EMPRESAS FORMAIS.

O Plano Diretor deve estar voltado ao desenvolvimento do Município, com a ordenação do uso e ocupação do solo, seu parcelamento, o disciplinamento das edificações, bem como as medidas de atendimento das necessidades de educação, saúde e higiene, habitação e transporte, principalmente para a população de baixa renda.

A população deve cobrar do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que é a instância responsável por garantir o cumprimento do que é determinado pelo plano diretor. Além do Conselho, o cidadão ainda pode realizar reivindicações junto aos seus representantes na Câmara de Vereadores.

Governos anteriores prometeram e não cumpriram, assim como fizeram com a FEIRA DA MADRUGADA, espaço que é da UNIÃO onde foram “descartados” os CAMELÔS numa área que naquela oportunidade muitos tinham a certeza que não teriam nenhum progresso, pois se equivocaram, houve um grande crescimento de todo comércio local, não havia nenhum Shopping antigamente, e atualmente todo perímetro BRAS, PARI e CANINDÉ, possuem (18) Shopping entre outros comércios criados.

Por outro lado, o PODER PUBLICO, o que fez, DESATIVOU a FEIRA DA MADRUGADA, sem qualquer estudo técnico para a regularização daqueles trabalhadores empreendedores, os quais foram abandonados, LICITOU a feira, tendo a



empresa privada CONSORCIO DAS COMPRAS, VENCIDO o CERTAME, a qual atualmente é parte em PROCESSO na esfera FEDERAL, que ainda demanda de julgamento.

CADÊ A PROTEÇÃO?

A urgência de medidas em CURTO PRAZO por parte do PODER EXECUTIVO, LEGISLATIVO MUNICIPAL, é essencial, para que os TRABALHADORES E EMPREENDEDORES INFORMAIS, consigam ATRAVESSAR o período CRÍTICO DA ECONOMIA, DESEMPREGO, e ainda acrescidos das ações de contenção do coronavírus.

Não é possível, portanto, efetuar-se um juízo antecipatório sobre a pertinência ou não de uma eventual e incerta PRIVAÇÃO DE OPORTUNIDADES AOS TRABALHADORES E EMPREENDEDORES INFORMAIS, que a rigor, seria objeto de uma discussão com o Poder Público, que deixa de cumprir o seu papel de PODER DE ESTADO.

Quaisquer discussões quanto a LEGALIDADE ou não da atuação dos TRABALHADORES E EMPREENDEDORES INFORMAIS, dizem respeito a uma INTERLOCUÇÃO, com o PODER PUBLICO, e nesse sentido, os ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL não trouxe suficientes elementos de soluções que afastassem desde já, qualquer discussão.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

fls. 5

Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº

de

1 1

(a)

Ref.: ACIMPE – Associação do Comércio do Micro e Pequeno Empreendedor
E-MAIL

À

Equipe de Controle do Processo Legislativo – SGP.22

Senhor Supervisor,

Trata-se de mensagem eletrônica oriunda da ACIMPE – Associação do Comércio do Micro e Pequeno Empreendedor, por intermédio da qual solicita-se a “regularização e atuação para o desenvolvimento dos trabalhadores e empreendedores que atuam na Região do Brás, Pari e Canindé”.

Solicito que seja cadastrado e encaminhado às Comissões de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica e de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

São Paulo, 10 de setembro de 2021.


Raimundo Batista

Secretário Parlamentar Adjunto